JMPHC Journal of Management & Primary Health Care
ISSN 2179-6750

Alocação de recursos financeiros para saúde dos encarcerados no sistema penitenciário brasileiro: considerações a partir de uma revisão integrativa

Wagner Frei CUNHA[1] https://orcid.org/0009-0006-5265-7831
Thaisa Simplicio CARNEIRO[1] https://orcid.org/0000-0002-5595-9572

[1] Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública – FSP, Especialização em Economia e Gestão em Saúde. São Paulo, SP, Brasil.

Recebido: 08 jun. 2026
Aceito: 25 jun. 2026

Autor de correspondência
Wagner Frei Cunha
wagfrey@gmail.com

Como citar (Vancouver):
Cunha WF, Carneiro TS. Alocação de recursos financeiros para saúde dos encarcerados no sistema penitenciário brasileiro: considerações a partir de uma revisão integrativa. J Manag Prim Health Care. 2026;18(Esp):e007. https://doi.org/10.14295/jmphc.v18.1511.

Contribuição autoral:
Autor 1: concepção do trabalho; análise e interpretação dos dados; redação do resumo. Autor 2: revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; aprovação final da versão a ser publicada.

Conflito de interesses:
Os autores declaram não haver nenhum interesse profissional ou pessoal que possa gerar conflito de interesses em relação a este manuscrito.

Copyright: Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC-BY-NC). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Resumo

O Brasil ocupa a terceira posição mundial em população privada de liberdade, com cerca de 942 mil pessoas cumprindo algum tipo de pena e aproximadamente 706 mil em regime fechado, sob taxa média de superlotação de 136%. O crescimento de mais de 700% desde a década de 1990 não reduziu a criminalidade, mas fortaleceu facções e consolidou o cárcere como instrumento seletivo e classista de controle estatal, no qual o Estado alcança as populações vulneráveis apenas para punir, falhando em assegurar direitos sociais básicos como a saúde. A Constituição Federal de 1988 define a saúde como direito de todos e dever do Estado e assegura aos presos o respeito à integridade física e moral; contudo, a realidade carcerária revela celas insalubres e violação sistemática desse preceito. No plano normativo, a Lei Complementar nº 79/1994 criou o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e a Portaria Interministerial nº 1/2014 instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, voltada à ampliação do acesso e à garantia de universalidade e equidade. Apesar disso, em outubro de 2023 o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 347, reconheceu o Estado de Coisas Inconstitucional no sistema carcerário e determinou o descontingenciamento de recursos historicamente retidos para fins de superávit primário. Entre 60% e 80% das verbas do FUNPEN foram concentradas em construção e aparelhamento de vagas, negligenciando a saúde, ao passo que a dispersão orçamentária com gastos diluídos entre secretarias de saúde e de administração penitenciária e execução municipal dificulta o planejamento. Diante da escassez de discussões sobre os recursos alocados na saúde prisional, o estudo propõe analisar a literatura científica existente sobre o tema. Destarte, o presente estudo objetiva analisar como a literatura científica aborda a alocação de recursos financeiros para a saúde dos encarcerados no sistema penitenciário brasileiro atual. Como objetivos específicos, o estudo, busca: a) realizar revisão integrativa da literatura acerca da alocação de recursos financeiros para a saúde no sistema penitenciário brasileiro na contemporaneidade; e b) identificar lacunas e potencialidades na alocação de recursos da saúde para o sistema penitenciário brasileiro. Trata-se de revisão integrativa conduzida segundo as diretrizes PRISMA 2020 (atualização de 2020). A pergunta de pesquisa foi estruturada em três eixos, contexto do sistema penitenciário brasileiro, fenômeno da alocação de recursos financeiros e população de prisioneiros, e desdobrada em descritores dos Descritores em Ciências da Saúde – DeCS, traduzidos e adaptados aos termos *Medical Subject Headings* – MeSH. As buscas foram realizadas na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, PubMed, Scopus, *Web of Science* e Wiley, complementadas pelos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015–2024). Foram empregados os operadores booleanos "OR" e "AND" na construção das sintaxes, com filtro temporal de janeiro de 2015 a dezembro de 2025, delimitação

JMPHC Journal of Management & Primary Health Care
ISSN 2179-6750

associada ao período de tramitação e julgamento da ADPF nº 347, que evidenciou o padrão irregular na alocação de recursos para necessidades básicas das pessoas privadas de liberdade. Como a busca completa na BVS não retornou resultados, realizou-se pesquisa adicional com o termo-chave "PNAISP". Nas plataformas com filtro de país disponível, restringiu-se a busca ao Brasil, população-alvo do estudo. As referências foram exportadas em formato RIS e PubMed e processadas no *software Rayyan*, com identificação de duplicatas pela ferramenta Auto Resolve. A triagem por título e resumo, conduzida por dois revisores, aplicou critérios de inclusão (idiomas em português, inglês ou espanhol) e de exclusão (tipos de publicação não pertinentes, estudos em animais ou células e trabalhos que não abordassem a população brasileira privada de liberdade ou o escopo de recursos destinados à saúde prisional). A busca nas seis bases e repositórios resultou em um universo inicial de 551 registros, dos quais 76 foram identificados como duplicatas pela ferramenta Auto Resolve, restando 475 registros para triagem por título e resumo. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram incluídos três estudos diretamente alinhados à questão de pesquisa: um artigo original de avaliação normativa da PNAISP no Distrito Federal, uma dissertação de mestrado sobre a implementação da política no estado de Pernambuco e um anuário estatístico de abrangência nacional. Os trabalhos apresentam naturezas e características distintas e, em conjunto, evidenciam a inexistência de um corpo de evidências consolidado e metodologicamente homogêneo sobre o tema. Por se tratar de pesquisa em andamento, a análise na íntegra dos estudos incluídos encontra-se em desenvolvimento. Diante do exposto, a quantidade diminuta de estudos elegíveis constitui, por si só, um achado relevante e confirma a premissa motivadora da revisão: a produção científica sobre alocação de recursos financeiros para a saúde no sistema penitenciário brasileiro é escassa e fragmentada. A própria ausência de retorno na Biblioteca Virtual em Saúde para a sintaxe completa, contornada apenas pela busca isolada do termo "PNAISP", reforça que o financiamento e a alocação de recursos na saúde prisional permanecem invisibilizados. Espera-se que os achados deste estudo em andamento contribuam para explicitar lacunas e potencialidades no campo, subsidiando o debate sobre a efetivação do direito à saúde da população privada de liberdade.

Descritores: Prisioneiros; Serviços de Saúde para Prisioneiros; Financiamento da Assistência à Saúde; Alocação de Recursos.

Descriptores: Prisioneros; Servicios de Salud para Prisioneros; Financiación de la Atención de la Salud; Asignación de Recursos.

Descriptors: Prisoners; Health Services for Prisoners; Healthcare Financing; Resource Allocation.